PATRIMÔNIO E PRODUÇÃO CULTURAL

ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO

PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL

Este colóquio[1] é parte da celebração das relações culturais entre a França e o Brasil, que este ano tem lugar de destaque nas agendas desses dois países. Uma rica seleção de produtos da indústria cultural, artísticos e intelectuais feitos no Brasil está sendo exibida deste lado do Atlântico. Apresentam-se obras que expressam originalidades ou hibridações (inclusive franco-brasileiras) representativas do nosso ambiente cultural. Circulam também interpretações do país e da cultura brasileira feitas por mãos e olhares estrangeiros – imigrantes ou viajantes – e que passaram a integrar as imagens do país que se fixaram nacional e internacionalmente. E diversas atividades – inclusive este colóquio – testemunham a riqueza do processo de apropriação recíproca de temas, linguagens e concepções nos campos das artes, das ciências ou das humanidades por franceses e brasileiros.

Por tudo isso, o Ano do Brasil na França fornece um excelente contexto para o tema deste colóquio. Se atentarmos para a inserção da cena que estamos protagonizando neste encontro no quadro mais geral daquela programação de ele faz parte, nos damos conta da complexidade dos sentidos simbólicos, políticos e, certamente, econômicos que o intercâmbio cultural permite construir. Esse fato leva a considerar que este encontro, aparentemente restrito às relações entre políticos, gestores públicos e intelectuais, contém em si as características do fenômeno social da troca, assim como dimensões importantes da diversidade cultural enquanto fato sociológico.

Trocas culturais pressupõem contatos entre entidades sociais e é nesses encontros - e eventualmente desencontros, mas não no isolamento - que a diversidade cultural torna-se realidade objetiva e motiva a construção de um espaço político de negociação de diferenças, a formação de um terceiro espaço que é essencialmente político e cujo determinante não é *o que* se troca, mas *como* fazem as transações. É nesse terceiro espaço que se formam os sentidos

[1] Palestra de abertura do Colóquio Franco-brasileiro sobre a Diversidade Cultural, realizado pelo Iphan em cooperação com a Biblioteca Nacional da França, em Paris dias 13 e 14 de outubro de 2005.

simbólicos, morais, jurídicos, políticos e – inclusive – econômicos que tornam tais práticas estrategicamente importantes para a estruturação da vida em sociedade. E, de fato, não foi outra razão - senão esses múltiplos sentidos interdependentes - que levou as antropologias francesa e brasileira a dedicarem o melhor de sua atenção ao tema das trocas sociais.

Todas as formas de intercâmbio – inclusive o comércio - seriam ocorrências menos relevantes para a teoria social se pudessem ser reduzidas a articulações frias e mecânicas entre sujeitos, feitas a propósito de objetos e segundo regras técnicas formais. Seriam de fato ocorrências banais se dispensassem a negociação de valores - inclusive os econômicos –, se não desencadeassem confronto e conflito de mentalidades, se não propiciassem a construção da consciência de si e de outrem e, em conseqüência disso, se não participassem da formação/transformação das identidades e identificações sociais. Eis parte da complexa realidade que se abriga na caixa de Pandora rotulada "diversidade".

As relações concretas entre os grupos humanos conferem perfis reconhecíveis aos modos de vida e às cosmologias que, postos em confronto, adquirem sentidos de diferença e de identidade. As negociações põem em destaque, e pesam na mesma balança, padrões de gosto, estilos e formas de expressão, alimentando historicamente a construção da experiência de diversidade. Esses padrões destacados – frequentemente chamados "bens culturais" - são produtos da criatividade e do engenho humano, que resultam de complexos processos sócio-culturais e ambientais, alimentam a vida cotidiana dos grupos sociais e nutrem-se dela.

Neste colóquio, parte-se do pressuposto de que a diversidade é o principal bem do patrimônio cultural da humanidade. Tem-se aqui em mente *não* sistemas de diferenças formais expressas em coleções de objetos - materiais ou imateriais, pouco importa –, tomados enquanto artefatos vazios de sentido histórico e humano. O que interessa ao presente debate são as competências técnicas, as informações, os valores e os sentimentos que os produtos culturais tangíveis ou intangíveis consubstanciam. Importa neste contexto sua condição de legado histórico enraizado nas práticas costumeiras de determinado grupo e que é aperfeiçoado, transmitido ou esquecido segundo suas próprias motivações, critérios e normas sociais. É esse o cabedal que, sendo re-trabalhado pelos especialistas locais, pode tornar-se ou não um ativo (simbólico ou prático) a partir do qual se responde às demandas políticas e de mercado, assim como à disposição de contribuir para o desenvolvimento humano.

Vale fazer uma ressalva, nestas considerações, quanto à importância da proteção e conservação de objetos e coleções. De um ponto de vista interno à cultura e à experiência social, produto e processo são indissociáveis. As coisas feitas testemunham o modo de fazer, assim como o saber fazer, tanto para os pesquisadores quanto – e, sobretudo - para aqueles que um dia

exerceram esse conhecimento. Elas cristalizam também os sentimentos, lembranças e sentidos que habitam as relações sociais envolvidas na sua produção. Portanto é compreensível que inúmeros grupos sociais estejam reivindicando a devolução e reintegração de objetos seqüestrados por colecionadores públicos ou privados. Assim como o reconhecimento de seus direitos de autoria e de imagem quando se estabelecem interfaces entre o mercado e a vida local.

Formam, esses bens, o núcleo do tesouro que foi objeto da *Declaração Universal da Diversidade Cultural* adotada pela Unesco em 2001 e da *Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*, aprovada em 2003, e que alicerça a *Convenção de Proteção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas* que nos próximos dias será submetida à 33ª. Conferência Geral daquela entidade multilateral. Referem-se, esses acordos, a manifestações da singularidade dos grupos humanos por meio de objetos, legitimam-se eles pela importância dos sentidos referenciais desses bens e por seu papel na construção da auto-estima, do pertencimento e da cidadania. E, finalmente, adquirem esses acordos uma dimensão mais abrangente ao articularem as experiências sociais locais a realidades nacionais e à produção cultural em larga escala para o mercado internacional.

Não se pode deixar de considerar que as três dimensões da experiência da diversidade, que o fenômeno mais geral da trocas põe em evidência, são realidades presentes nos contextos sociais das mais variadas escalas. Refiro-me à construção da diferença, a atribuição e negociação de valor e à construção de sentidos de posse ou de propriedade. Elas ocorrem nas transações feitas pelos pequenos grupos humanos que se estabeleceram em regiões do globo distantes da Europa e que foram objeto da dominação e exploração econômica colonial ou pós-colonial. Elas estão igualmente presentes nos fluxos e redes que estruturam a circulação globalizada de pessoas, de capital e de mensagens nas regiões mais urbanizadas do planeta. E, não raramente, articulam realidades de ambas escalas no mercado de bens com alto valor cultural – patrimonial - agregado. São as realidades de pequena escala, frequentemente, as fontes em que bebem e se inspiram os criadores latino-americanos, africanos, asiáticos ou árabes – para nomear alguns - de produtos de conteúdo cultural diferenciado e de expressões artísticas singulares. São elas as criadoras das referências de localização, as paisagens de história hoje em dia tão valorizadas pela economia global.

Muitos argumentam com entusiasmo que as trocas econômicas atingiram contemporaneamente um patamar sem precedentes, seja quanto ao número e variedade de bens em circulação, seja em relação à dimensão do espaço recoberto pelos processos de produção e circulação de bens de consumo no contexto da acumulação flexível e do comércio global.

Eis a razão porque este colóquio abre espaço para que se reflita de modo articulado sobre essas duas questões: (1) a estruturação e os desafios da economia da diversidade, focalizando em

particular o caso do áudio-visual, e (2) a importância das referências patrimoniais na produção cultural contemporânea – inclusive na que se faz para o mercado. Esse recorte responde à expectativa de que os debates que aqui terão lugar[2] contribuam para articular a proteção do patrimônio com o fomento à criação de produtos culturalmente referenciados e com a defesa de condições favoráveis de circulação desses bens no mercado mundial.

O enfoque adotado para a estruturação deste colóquio induz a inovar no campo das políticas culturais ao propor a reflexão conjunta sobre temas que a burocracia de Estado tende desastrosamente a separar: a salvaguarda e a criação, a proteção das referências historicamente acumuladas e o estímulo ao desenvolvimento da criatividade e à produção de bens para o mercado; a dimensão simbólica da produção e seus condicionantes econômicos e jurídicos. Essa aproximação valoriza a singularidade dos produtos gerados pela indústria cultural nacional e, em conseqüência, a presença das referências culturais da população, em sua diversidade, nos bens que hoje circulam competitivamente no mercado local e global. Este é, portanto, um caminho que estimula fortemente a auto-estima, o pertencimento e a cidadania. Nada mais oportuno para o Brasil de hoje.

É preciso refletir sobre esses temas de forma articulada pois as trocas simbólicas e a economia da cultura geraram na atualidade o contraponto entre duas linhas de força que se constituem mutuamente e que, paradoxalmente, negam-se uma à outra. Refiro-me ao seguinte.

Hoje em dia, a experiência de autoctonia, do vínculo biográfico com o lugar de origem de um povo ou de nascimento de um indivíduo já não significa muito para o cidadão comum. É claro que há exceções como no caso da Palestina e de Israel, assim como ocorre entre inúmeros povos indígenas e populações tradicionais que reivindicam direito a território. Mas enquanto tendência mundialmente dominante, as relações face-a-face deixam de dar suporte sociológico e verossimilhança aos fatos da vida cotidiana. A "tradição local", enquanto tal, já não é suficiente para validar atitudes, comportamentos e práticas sociais. A interação de pessoas situadas nos diversos nódulos da rede global, que a tecnologia muitas vezes permite que ocorra em tempo real, assim como a construção de uma cultura pública cosmopolita e globalizada, vêm assumindo fortemente esse papel. Nesse processo, tendem fortemente a se romperem as amarras das referências patrimoniais com suas condições originais de produção e, com freqüência, torna-se crucial para a continuidade histórica de certa prática a sua validação por essa cultura pública mundializada. Eis o contexto em que se impõe o tema da sustentabilidade das políticas de salvaguarda e a defesa dos direitos associados aos conhecimentos e às formas de expressão tradicionais.

[2] Nota sobre as mesas redondas: título e participantes.

Na mesma medida em que essas bases materiais contemporâneas da produção tornam-se voláteis e flexíveis, configura-se um espaço supranacional de negociação de direitos e valores. Fortalece-se uma esfera pública cultural que se estrutura a partir de uma lógica de relações em rede, que não é centralizada, e que põe em evidência particularidades, recursos simbólicos, tecnológicos e materiais desenvolvidos em ambientes sociais de pequena escala. Somam-se a estes, os produtos dirigidos ao mercado mundial que são portadores de forte valor cultural, ou patrimonial, agregado. Eis que a diversidade torna-se riqueza, insumo, recurso; e eis também o sentido atual de um fórum multilateral como a UNESCO, que nas negociações da *Convenção de Proteção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas,* que abriu um importante espaço político e econômico para a produção cultural não-hegemônica.

A diversidade de mercado, ou feita para o mercado, opera no código da economia, mais do que no da política; diz respeito mais a questões de custo e lucro, do que de identidade e pertencimento. Em termos semiológicos, refere-se mais à condição descartável e efêmera da alegoria, do que ao caráter sagrado e permanente do símbolo; o objetivo é mais o entretenimento, do que a fruição e contemplação.

Na favela como na floresta, nas unidades de conservação como junto aos *resorts*, na produção industrial da música ou do áudio-visual, assim como nos arranjos produtivos locais de base patrimonial, as diferenças culturais vão sendo pouco a pouco transformadas em diferenciais de mercado. Ao constatar essa tendência, não estou absolutamente sendo nostálgico. Mas penso que é crucial enfatizar que a matéria prima desse processo são práticas que abrigam, re-alimentam e modificam representações sociais, participando da construção de formas de organização social que conferem sentido à vida de homens e mulheres, adultos, idosos e crianças. São processos, mais do que produtos, cuja vitalidade depende de suas condições de produção e reprodução social.

Os detentores desse patrimônio comum não são, portanto, agentes anônimos do processo produtivo, ou criadores culturais em abstrato. São seres humanos por completo. Suas contribuições à humanidade são algo que se decanta de sua existência, são realidades cognitivas, estéticas, morais, religiosas, políticas e afetivas. São interpretações e soluções inovadoras e originais a problemas genericamente humanos. E, como tais, merecem apoio político e financeiro, proteção jurídica e salvaguarda pelo Estado.

Retornando ao tema das trocas franco-brasileiras, quero mencionar que diversos pensadores franceses e brasileiros têm demonstrado que o Brasil é um país bom para se pensar a diversidade e a mestiçagem. Oxalá iniciativas como esta ampliem as possibilidades de intercâmbio entre nossos países e fortaleçam essa mestiçagem antropofágica que é nosso patrimônio compartilhado!

Senhoras e senhores, eis, em síntese, os temas que nos ocuparão neste colóquio. De minha parte, e em nome do Ministro da Cultura do Brasil, desejo saudar as equipes francesa e brasileira que participaram da organização deste encontro, e agradecer à Biblioteca Nacional da França, a oportunidade de reunirmos tão ilustres especialistas para debater esse tema de tão grande atualidade para as políticas de patrimônio e de fomento à criatividade.